

Declaração de Voto sobre a aprovação da Carta Municipal de Habitação - Habitação a Custos Acessíveis em Lagos

A habitação digna e acessível é um direito fundamental e um pilar essencial para a qualidade de vida dos cidadãos. No entanto, em Lagos, verificamos com crescente preocupação a incapacidade do município em dar resposta eficaz às necessidades habitacionais da população.

Temos vindo a viver numa conjuntura política de décadas em que o poder político instalado apenas se tem preocupado em arrecadar os valores resultantes das taxas e impostos, IMI e IMT, em particular, sem que tenha havido investimento público oportuno e suficiente para um desenvolvimento estruturado e sustentável, em especial neste domínio da habitação esta última década. .

A Estratégia Local de Habitação e a Carta Municipal de Habitação definem objetivos claros para a promoção de soluções habitacionais adequadas, mas a sua implementação tem sido marcada por atrasos significativos. A aquisição de terrenos tem sido morosa, comprometendo o avanço de projetos fundamentais. Além disso, a construção de novas habitações a custos acessíveis está longe de acompanhar o aumento da procura, deixando muitas famílias em situações precárias e sem perspetivas de uma solução a curto prazo.

Os atrasos sucessivos na concretização das políticas habitacionais agravam a crise social, dificultando o acesso das famílias e dos jovens a uma habitação condigna. Esta falta de resposta célere também afeta o desenvolvimento económico local, limitando a fixação de mão de obra, essencial para os diversos setores da nossa economia, que, ano após ano, se veem a braços com a gravidade da falta de mão de obra para dar resposta às necessidades.

Com referem os investigadores e autores da Carta Municipal de Habitação, “(...)No período 2016-2021 verificou-se uma recuperação na capacidade de

construção de novos alojamentos, mas, essa recuperação no Município de Lagos, foi bastante inferior ao ocorrido a nível nacional, a nível regional e especialmente no Município de Portimão;(…)”, a partir da análise do gráfico nº 20. Está assim corroborada a nossa tese de que o Executivo municipal poderia ter ido mais longe e ter sido mais proactivo na resolução deste problema.

É imperativo que o executivo municipal assuma com maior responsabilidade, celeridade e eficácia, a sua obrigação de garantir habitação acessível. A prevenção da especulação imobiliária, a aceleração dos processos de aquisição de terrenos e a implementação célere dos projetos previstos devem ser prioridades absolutas. Os recentes atrasos do financiamento através do PRR, nos projetos candidatos, não justificam os atrasos que se têm vindo a verificar neste setor tão essencial para a vida dos lacobrigenses e para a sustentabilidade da nossa economia.

Assim, o nosso voto a favor deste documento, que vem já tarde, reflete a esperança na exigência de medidas concretas e imediatas para combater a crise habitacional em Lagos, garantindo que os direitos dos cidadãos sejam efetivamente cumpridos.

25 de fevereiro de 2025

Fernando Ildefonso e Cristina Marreiros
